



# Campanha Nacional

Conferência aprovou prioridades da categoria e as negociações iniciarão nos próximos dias

A 28ª Conferência Nacional, realizada nos dias 19, 20 e 21 de junho, em São Paulo, consolidou a pauta de reivindicações da Campanha Nacional Unificada. Também foram realizados o 36º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (CNFBB), o 41º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef) e os encontros nacionais do Itaú, Bradesco, Santander e Mercantil. **PÁGINA 3**

**CONQUISTAS!**



**Bancária e bancário PcD ou com filhos deficientes estão mais protegidos**

**PÁGINA 2**



**Junho Vermelho**

Campanha lembra a importância da doação de sangue

**PÁGINA 4**

**Como as Bets estão levando milhões de famílias à falência?**

**PÁGINA 4**

## Brasil na Copa

**A pedido da Contraf-CUT, bancárias e bancários são liberados para assistir os jogos da Seleção**

**PÁGINA 3**

**Itaú e Bradesco abonam horas. Santander nega e frustra trabalhadores**

**PÁGINA 3**



## CONQUISTAS

# Bancária e bancário PcD ou com filhos deficientes estão mais protegidos

A Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria bancária tem garantido, ao longo dos anos, avanços importantes em demandas econômicas, como aumento real de salários, dos auxílios e da participação nos lucros dos bancos, e em questões como saúde, segurança, condições de trabalho, entre outras demandas. No entanto, a organização e a mobilização do movimento sindical nas negociações com os bancos, têm resultado também em importantes avanços sociais. Entre as conquistas sociais de grande importância estão as cláusulas 18, 116, 130 e 131 da CCT, na Campanha Nacional de 2024. Essas cláusulas garantem a inclusão, a acessibilidade e a proteção dos bancários e bancárias com deficiência, demandas que há muito tempo eram reivindicadas pela categoria.



## Acordos do BB e Caixa também garantem benefícios

Historicamente, o foco das negociações sindicais esteve muito voltado para os pais e responsáveis por pessoas com deficiência, mas as cobranças por melhorias diretamente voltadas às condições de trabalho do próprio bancário PcD têm ganhado bastante força nas mesas específicas de negociação dos últimos anos. Na Campanha Nacional de 2024, as bancárias e bancários da Caixa e do Banco do Brasil também avançaram nessas conquistas.

**BANCO DO BRASIL** – Os benefícios estão garantidos nas cláusulas 19 e 20 do Acordo Coletivo. A primeira garante o pagamento do Auxílio Filho com Deficiência aos funcionários ou funcionárias que tenham filhos com deficiência e que exijam cuidados permanentes, sem limite de idade. Já a cláusula 20 autoriza a redução da jornada de trabalho para acompanhar filho ou dependente com deficiência em consultas médicas.

**CAIXA** – O Acordo Coletivo da Caixa, na cláusula 20, garante ausências permitidas sem prejuízo do salário para pais de filhos com deficiência que exijam cuidados permanentes e de alta complexidade, sem limite de idade, para acompanhamento em tratamento médico.

### Auxílio filhos com deficiência (Cláusula 18)

A inclusão dessa cláusula na CCT passou a obrigar os bancos a ajudarem as bancárias e bancários que têm filhos com deficiência, a bancar os custos com tratamentos, educação e terapias específicas, até o limite previsto na CCT. Antes, as despesas eram pagas pelos pais, muitas vezes comprometendo o orçamento familiar. Vale lembrar que a categoria bancária continua lutando por outras melhorias, entre elas a redução de jornada para pais e mães de filhos com deficiência.

### Combate à discriminação (Cláusulas 130 e 131)

Nas negociações salariais de 2024, a categoria bancária conquistou as cláusulas 130 e 131. A primeira repudia qualquer forma de discriminação salarial e de critérios remuneratórios, inclusive por razão de deficiência física. A segunda declara apoio à mitigação da desigualdade salarial entre mulheres e homens, bem como à prevenção de qualquer forma de discriminação salarial por diversas razões, incluindo a deficiência.

### Abono de ausência (Cláusula 116)

Segundo um levantamento da Fenaban, em 2025 existem 18.528 pessoas com deficiência no setor bancário, representando 4,28% de toda a categoria. Antes, esses trabalhadores e trabalhadoras dependiam da aprovação dos superiores para se ausentar do trabalho para o conserto ou manutenção de ajuda assistiva (como próteses ortopédicas e cadeiras de rodas) ou idas ao veterinário com cão-guia. A partir da inclusão da cláusula 116 na CCT, essas bancárias e bancários passaram a ter o direito de se ausentar do trabalho, sem prejuízo salarial.

## Movimento pressiona Câmara a aprovar projeto de proteção à pessoa idosa



O dia 15/06/2026, data em que foi celebrado o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, foi marcado por uma mobilização nacional em defesa da ratificação da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas. A campanha ‘‘Ratifica Já’’ reúne a CUT, parlamentares, entidades da sociedade civil para pressionar a Câmara dos Deputados a votar o Projeto de Decreto Legislativo 863/2017, que pode garantir os direitos a 37,7 milhões de brasileiros, que está parado na Câmara desde 2018. Segundo integrantes do movimento ‘‘Ratifica Já’’, a principal resistência vem de parlamentares do Partido Liberal (PL), que contestam trechos relacionados à igualdade de gênero e à proteção de grupos historicamente vulnerabilizados.

# Conferência Nacional definiu rumos da Campanha 2026

Reunidos em São Paulo nos dias 19, 20 e 21 de junho, durante a 28ª Conferência Nacional dos Bancários e Bancárias, cerca de 800 delegados e delegadas de todo o país definiram os rumos da Campanha Nacional 2026. Além de resoluções e moções, a Conferência aprovou a minuta de reivindicações que vai balizar as negociações com os bancos a partir dos próximos dias. Priorizando salários, mais empregos, manutenção de direitos e novos avanços em cláusulas econômicas e sociais, a pauta de reivindicações foi construída a partir de muito debate com a categoria, nas reuniões e conferências regionais e estaduais. O coordenador político do Pactu e diretor do Sindicato dos Bancários de Paranaíba, Wendrel Minare Vieira, lembrou que a participação da categoria nas atividades da Campanha será decisiva para a conquista de novos direitos e de um aumento justo. Ao lado de Wendrel, os Sindicatos do Pactu foram representados também por Georgia Fernanda Zanelli Ferreira (Paranaíba), Bruno Murante da Silva (Campo Mourão), Fernando Augusto Comassetto (Toledo), Wilson de Souza (Umuarama) e Franciele Marcanzoni Zukovski (Guarapuava). A mesma importância tiveram o 36º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (CNFB), o 41º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), realizados nos dias 17, 18 e 19 de junho, e os encontros nacionais do Itaú, Bradesco, Santander e Mercantil realizados no dia 19 de junho.

## PRINCIPAIS EIXOS

- Aumento real
- Aumento do piso da categoria
- Aumento da PLR
- Saúde: bem-estar e combate ao adoecimento
- Defesa do emprego frente à implementação das novas tecnologias
- Por um Sistema Financeiro melhor e mais regulado
- Igualdade de Oportunidades
- Importância das eleições 2026 para a classe trabalhadora

## DIREITOS DA CATEGORIA!

### Fenae e Contraf-CUT ampliam atuação no Congresso

A Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae) e a Contraf-CUT lançaram a Agenda Político-Institucional 2026. A publicação reúne 133 projetos em tramitação no Congresso Nacional que impactam os empregados da Caixa, os participantes da Funcef, a defesa da Caixa 100% pública e o fortalecimento das políticas públicas desenvolvidas pelo banco. Nos últimos anos, as entidades têm ampliado sua presença no Legislativo, acompanhando projetos de interesse dos empregados, articulando com parlamentares e defendendo pautas relacionadas à Caixa, à previdência complementar, ao Saúde Caixa e aos direitos da categoria bancária. Entre os destaques está a PEC 221/2019, que propõe a redução gradual da jornada de trabalho para 36 horas semanais ao longo de dez anos. Outro tema prioritário é o PL 1739/2024, que busca garantir a dedução integral das contribuições extraordinárias pagas por participantes de fundos de pensão para equacionamento de déficits. Tem também o PL 5456/2025, que estabelece critérios para o encerramento de agências bancárias.



Acesse aqui e leia mais!

## Bancários e bancárias são liberados para assistir jogos do Brasil na Copa



Atendendo pedido da Contraf-CUT, a Febraban orientou os bancos a liberarem os empregados e empregadas para assistirem os jogos da Seleção Brasileira durante a Copa do Mundo de 2026. A Contraf-CUT destacou a relevância social e cultural da Copa do Mundo para a população brasileira e lembrou que, historicamente, empresas e órgãos públicos costumam adotar medidas de flexibilização da jornada durante o torneio. Pelas orientações encaminhadas aos bancos, nos dias em que os jogos da Seleção Brasileira começarem às 14h, as agências deverão funcionar das 9h às 12h. Quando as partidas tiverem início às 16h, o atendimento ocorrerá das 10h às 14h. Já nos jogos marcados para as 17h, as agências abrirão às 10h e fecharão às 15h.

### Itaú e Bradesco abonam horas

A Febraban orientou os bancos para que as horas não trabalhadas em razão dos jogos sejam compensadas ou incorporadas aos bancos de horas. No entanto, o Itaú e o Bradesco atenderam aos pedidos das COEs (Comissão de Organização dos Empregados) e informaram que as horas não trabalhadas serão abonadas, sem necessidade de compensação ou desconto no banco de horas.

### Santander impõe compensação



Já o banco Santander negou a compensação das horas não trabalhadas nos dias dos jogos da Seleção Brasileira e gerou insatisfação entre os trabalhadores. A COE Santander afirmou que a ganância do banco mais uma vez fala mais alto. "É uma postura que ignora um momento de integração e descontração vivido por todo o país e que gera indignação entre os trabalhadores", declarou. A Contraf-CUT também avalia que a decisão do Santander destoa do espírito de valorização dos bancários e bancárias.

# Bets levam milhões de famílias à falência

O Brasil atingiu, em 2026, um recorde histórico de endividamento das famílias: 80,9%. Essa inadimplência é impulsionada não apenas pela alta taxa de juros, pela expansão do crédito rotativo ou pelo aperto no orçamento doméstico devido ao custo de vida. Também é motivada, em grande parte, pelo crescimento dos gastos com apostas online. Milhões de reais saem todos os meses dos bolsos de trabalhadores e trabalhadoras diretamente para o caixa das bets. O avanço das apostas tem pesado fortemente sobre o orçamento doméstico de milhões de famílias, principalmente das classes mais baixas, além de estarem criando um grave problema de saúde pública. O cenário das apostas online no Brasil deixa profundas consequências para os trabalhadores e trabalhadoras. Embora inicialmente vistas como uma oportunidade de ganhos rápidos, essas plataformas têm se revelado uma armadilha que comprometem não somente a renda, mas também a saúde mental dos apostadores. O superendividamento e a inadimplência também geram impacto negativo direto no consumo do varejo.

Vale lembrar que a liberação das apostas online no Brasil ocorreu em 2018, durante o governo de Jair Bolsonaro. Sem regulamentação, a liberação abriu espaço para uma proliferação de sites fraudulentos e golpistas. Nos últimos anos, o atual governo vem adotando uma série de medidas para minimizar o problema, mas enfrenta muitos desafios complexos em relação às bets, como proliferação do mercado clandestino e dificuldades regulatórias. Dados do Datafolha mostram que mais de 32 milhões de brasileiros já fizeram apostas online. Um estudo feito pelo Instituto



Brasileiro de Executivos de Varejo (Ibevar) mostrou que o impacto das apostas online no endividamento das famílias é quase o dobro da soma dos créditos e de juros, podendo ser ainda maior, já que parte do efeito dos juros já está embutido na dinâmica do crédito. A CUT defende medidas duras contra as bets, incluindo a taxação rigorosa, o combate à publicidade predatória e o veto total aos jogos que exploram a vulnerabilidade financeira da classe trabalhadora. Por outro lado, a CUT apoia as campanhas que orientam as pessoas a se afastarem das bets por meio da autoexclusão das plataformas, preservando a saúde mental e financeira.



Acesse aqui e leia mais!

## Junho Vermelho lembra importância da doação de sangue

Doar sangue é um gesto solidário que salva vidas. Pode parecer simples, mas leva esperança a muitas pessoas que precisam. Dados do Ministério da Saúde indicam que apenas uma bolsa de sangue pode salvar até quatro vidas. Para conscientizar e educar as pessoas a respeito da importância deste ato, a campanha Junho Vermelho foi criada para incentivar a doação de sangue em todo o país. O mês foi escolhido por ser um período do ano em que os hemocentros registram quedas expressivas nos estoques, e as demandas por transfusões costumam aumentar.

Segundo o Ministério da Saúde, em 2024 apenas 1,6% da população fez doação de sangue no país. Por isso a importância de campanhas como o Junho Vermelho, que intensifica as orientações e informações à população, sobre a importância da doação, como doar e os locais de coleta. Vale destacar que a doação de sangue também é importante para a produção de medicamentos essenciais derivados do plasma. Portanto, doar sangue é mais do que um ato de solidariedade, é oferecer a alguém a oportunidade de continuar escrevendo a sua própria história.

## BANCÁRIOS PODEM SE AUSENTAR PARA DOAÇÃO

A Convenção Coletiva de Trabalho da categoria bancária garante, através da cláusula 23, um dia de ausência remunerada por ano aos bancários e bancárias que desejam doar sangue. Basta comunicar ao superior e, posteriormente, apresentar o comprovante de doação. Na Caixa Econômica Federal, o Acordo garante aos empregados e empregadas um dia de ausência remunerada a cada doação de sangue. E no Banco do Brasil, o Acordo também estabelece que os funcionários e funcionárias podem se ausentar do trabalho um dia a cada semestre, para doação de sangue.

## Fim da escala 6x1 ainda aguarda votação do Senado Federal

Aprovada pela Câmara Federal no final do mês de maio, a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que acaba com a jornada de trabalho 6x1, com redução das atuais 44 horas semanais para 40, sem redução salarial, precisa de 49 votos favoráveis dos 81 senadores para passar a valer. Levantamento do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), aponta que 22 milhões de trabalhadores formais (54% do total), possuem jornadas semanais acima de 40 horas. Já entre os empregados informais, aproximadamente 4,8 milhões trabalham em jornadas superiores a 40 horas. Mas, embora a proposta tenha o apoio de 71% da população brasileira, setores empresariais e políticos vêm trabalhando contra a sua aprovação, dizendo que a medida provocará desemprego e inflação. No entanto, esse argumento é rechaçado por economistas e estudiosos do mundo do trabalho. Eles atestam que o fim da escala 6x1 pode gerar mais empregos, aumentar a produtividade e o consumo, diminuir gastos com previdência e saúde e impactar positivamente nos negócios, principalmente das micro e pequenas empresas.

### Bancários defendem jornada 4x3

Há muito tempo os bancários e bancárias já possuem uma carga horária menor que a média nacional: 6 horas diárias, totalizando 30 horas semanais, além de 5 dias trabalhados e 2 dias de descanso. No entanto, há algum tempo o movimento sindical defende a transição para a jornada 4x3, sem redução salarial. A Contraf-CUT argumenta que os altos lucros do setor e os avanços tecnológicos justificam mais qualidade de vida e bem-estar para os trabalhadores.

A reivindicação foi apresentada aos bancos na Campanha Nacional de 2024. Os representantes da categoria argumentaram que a redução do tempo de trabalho, além de não afetar negativamente o rendimento, reduziria o adoecimento e o estresse no setor financeiro. Porém, as negociações não avançaram. Ao longo dos últimos anos, houve significativo avanço tecnológico nos bancos, ao mesmo tempo que aumentou o nível de estresse e de adoecimento, principalmente mental, dos trabalhadores e trabalhadoras. Por isso, a defesa da jornada 4x3 continua sendo uma das bandeiras de luta da categoria bancária.